

Acervo RGR 00625

A solução encontrada foi a seguinte, segundo informação do Piratini: 1) autorização imediata para a colheita; 2) 30% da produção para os índios, 70% para os colonos; 3) a fiscalização será de técnicos da Secretaria da Agricultura

Encontrada solução para o conflito de índios e colonos na reserva de Guarita

No final da tarde de ontem, depois de interferir junto à Funai, o governador Amaral de Souza conseguiu apaziguar índios e colonos que mantinham problemas de terra na Guarita, reserva indígena localizada no município de Tenente Portela, a mais de 400 quilômetros de Porto Alegre. O governador determinou um levantamento da situação, feito pelo Chefe da Casa Militar, coronel Luiz Diógenes Chaves Couto, que pela manhã viajou, via aérea, até o local dos acontecimentos, retornando ao anoitecer.

O levantamento demonstrou que da área de Guarita, que é de 23 mil hectares, dez mil hectares haviam sido cultivados com milho e soja, pelos colonos, que se aprestam para a colheita. A área cultivada foi arrendada aos índios pelos colonos, sendo que em muitos casos com pagamento adiantado. A desavença surgiu quando foi conhecido o projeto

da Funai para estabelecer na Guarita um centro de cultivo para os índios, com vistas à sua auto-suficiência. O projeto dispõe que para financiar a iniciativa, a Funai destinaria aos colonos 30% do resultado da colheita, 30% aos índios e, com os 40% restantes, estabelecerá o fundo de financiamento. Os colonos não concordaram, pois alegavam que a colheita está estimada em 110 milhões de cruzeiros, mas que boa parte deverá ser destinada ao pagamento de financiamento bancário e para ressarcir prejuízos advindos da frustração da duas safras anteriores. O governador Amaral de Souza, devidamente informado do que se passava, através do coronel Diógenes, manteve vários contatos com o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga. Com a concordância do ministro do Interior, Mario Andreazza, a direção da Funai concordou em abrir mão dos 40% que

seriam destinados a financiar o projeto de auto-suficiência índia. Foram adotadas as seguintes medidas: 1º) Autorização para o início imediato da colheita; 2º) Do total a ser apurado da colheita, 30% serão destinados aos índios da Guarita e os restantes 70% para os colonos; 3º) O governador Amaral de Souza determinou que técnicos da Secretaria da Agricultura sejam enviados para colaborar com a Funai, no cumprimento dos percentuais estabelecidos. O governador Amaral de Souza adotou providências para fazer chegar ao conhecimento do coronel Anael Lemos Gonçalves, assessor da presidência da Funai, as decisões que conseguiu daquele órgão federal. O coronel Anael encontra-se na Guarita com a incumbência de implantar o projeto da Funai, que agora foi modificado com a finalidade de resolver o problema entre índios e colonos.

Até à tarde, nada havia sido decidido na reserva indígena pois a Funai permaneceu intransigente na sua posição de não liberar a colheita do milho para os agricultores, segundo o prefeito Noedi Rodrigues de Almeida. Apesar da autorização do presidente da Funai, em Brasília, transmitida por telefone para o governador Amaral de Souza, no sentido de que fosse liberada a lavoura de milho para que os colonos realizassem a colheita na reserva, o impasse ainda continuava. Apenas foram liberadas as estradas, que anteriormente estavam interditadas e devolvidas as máquinas que haviam sido apreendidas, tendo os representantes da Funai e agentes da Polícia Federal permanecido durante todo o dia no centro de treinamento Clara Camarão, nas proximidades da Vila de Tronqueiras. A esperança dos 300 agricultores para iniciar a colheita das 12 mil toneladas de milho plantadas na Guarita era de que uma solução fosse levantada durante a reunião que estava marcada para hoje à noite, entre os prefeitos de Miraguá, Tenente Portela e Redentora com os representantes da Funai.

REVOLTA
Mais de 800 índios, das tribos Guarani e Caingangue, aguardavam desde às 8 horas da manhã de ontem o coronel Anael na sede do posto indígena em Irapuã. Isso acabou provocando a revolta dos indígenas, pois nada estavam conseguindo. Inclusive, uma índia com o filho no colo, largou a criança e disse para o coronel Anael: "Tu queres que esta criança morra de fome?" E passou a agredir-lo com puxões de cabelo, tentando bater-lhe no rosto, com o auxílio de quatro outras mulheres. A fúria das índias somente foi acalmada com a intervenção de companheiros de suas tribos. O índio Domingos Ribeiro afirmava ontem que não havia visto os agentes da Polícia Federal: "Eles estão escondidos por aí". Domingos expressou claramente o pensamento dos indígenas da reserva de Guarita sobre o impasse criado pela Funai em não permitir que os colonos colhessem a safra de milho: "Nós queremos que o agricultor colha. Eu sempre digo que, abaixo de Deus, somos todos iguais e estamos todos juntos no Brasil. Não queremos isso que o coronel quer fazer".

Emissário do Governador: "Situação não é alarmante"

Após um contato com índios, colonos e representantes da Funai na reserva indígena de Guarita, quando manifestou a preocupação das autoridades em ser encontrada uma solução para o conflito em torno da colheita da safra de soja e milho, regressou ontem o enviado especial do governador Amaral de Souza ao local, coronel Diógenes Chaves Couto. Ele revelou também que a situação não é alarmante e que havia possibilidade de ser encontrada uma solução através do diálogo, o que de fato aconteceria mais tarde.

O emissário do governador disse também que fará um relatório de tudo que viu para ser apresentado a Amaral de Souza e seu assessor Roberto Eduardo Xavier. "Só depois — explicou — é que esse relatório será divulgado". Quanto às ocorrências policiais, disse que nem quis tomar conhecimento, pois não pertencem a sua área de atuação. Com relação ao possível seqüestro do representante da Funai, coronel Anael Lemos Gonçalves, disse: "o coronel, que conhece muito bem os índios, consentiu em ser levado até o local onde eles estavam reunidos para melhor poder ouvir suas reivindicações".

AMARAL
O governador Amaral de Souza, ao regressar ontem à tarde de Curitiba, pouco esclareceu sobre o conflito entre índios e colonos na Reserva Indígena da Guarita em torno da colheita de milho e soja, pois conforme explicou, "todas as informações eram muito contraditórias". No entanto, enviou o chefe da Casa Militar, coronel Luiz Diógenes Chaves Couto, para conhecer de perto o problema e demonstrar a sua preocupação no sentido de encontrar a melhor solução para a questão, já que acredita ser de sua competência "assegurar a paz social no Estado". Mesmo assim, Amaral de Souza lançou um apelo às autoridades da Funai, no sentido de agirem nesta questão

com muita sensibilidade e tranqüilidade, porque — explicou — "sempre houve um bom relacionamento entre brancos e índios naquela região". Ressaltou que não pretende se intrometer num assunto que é de exclusiva competência da Funai, ou seja, a administração das reservas indígenas, mas afirmou que é de sua alçada a vigilância do respeito dos direitos humanos, tanto de índios como de brancos.

De acordo com o governador, é necessário que os responsáveis pela Funai solucionem o problema, preservando o tradicional bom relacionamento existente na área, pois à Funai cabe — disse — decidir sobre a colheita daquela reserva.

Entretanto, Amaral de Souza lembrou que "o bom senso indica que a Funai deve fiscalizar rigorosamente esta colheita, bem como a parte que pertence aos índios, pois eles não podem ser prejudicados. A respeito da questão de a quem pertence, por direito, esta "supersafra" de soja e milho, o governador disse que devem ser analisados alguns aspectos, para depois poder se posicionar. Ou seja: cabe à Funai explicar quem permitiu que os colonos plantassem na reserva indígena.

Já com relação à atuação da Polícia Federal, que inclusive baleou um índio, novamente o governador Amaral de Souza lembrou que os fatos estavam sendo apurados pelo coronel Diógenes. E que após seu relatório, iria poder comentar o fato. Apesar disso, ressaltou que os índios da Reserva da Guarita são pacíficos, mas que a atuação da Polícia Federal é da órbita do Governo federal.

Por outro lado, garantiu que a polícia armada e a Brigada Militar não tiveram nenhuma participação em qualquer um dos acontecimentos, pois limitam-se a preservar a segurança e a ordem pública, bem como os direitos dos cidadãos.

O coronel Diógenes Chaves Couto foi à reserva como enviado do governador



Evangélicos defendem direito dos caingangues

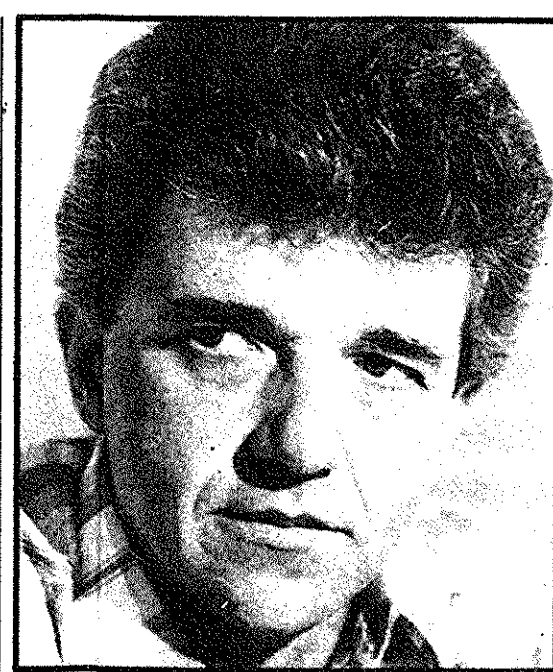
O conflito entre índios e colonos do Toldo de Guarita, no município de Miraguá, que teve como resultado um índio Caingangue ferido à baía pela Polícia Federal, não deve terminar de forma a que a população indígena acabe lesada nos seus direitos, e para isso "nós chamamos ao exercício de sua responsabilidade as autoridades competentes" — disse ontem o pastor Silvío Schneider, secretário de Comunicação Social da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao exigir, o fiel cumprimento do Estatuto do índio, que assegura aos caingangues todos os direitos inerentes à posse da terra. Considerando seu trabalho missionário na região permanentemente prejudicado "por causa da ação do homem branco", que "com dinheiro e com bens corrompe o índio, fazendo com que arrende suas terras", a Iecib — afirmou o pastor Schneider — "não ficou surpresa com os acontecimentos, apesar de lamentar profundamente que houvesse a necessidade de intervenção da Polícia Federal junto aos índios".

A ausência da surpresa, segundo o secretário de Comunicação Social da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, deve-se ao fato de que a Iecib vem insistente denunciando a ocorrência de irregularidades, na questão do uso da terra, no Toldo Guarita. O pastor Schneider mostrou, ontem, documentos de novembro e dezembro do ano de 1979, que já denunciavam essas irregularidades, e lembrou, também, uma moção aprovada no mês de outubro do ano passado, durante o 12º Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, realizado no município de Carazinho; era uma moção de repúdio "a todos os que se aproveitaram do índio no país, baseando-se no caso concreto de Guarita, onde obreiros da missão indígena presenciaram a venda ilegal de madeira naquela área".

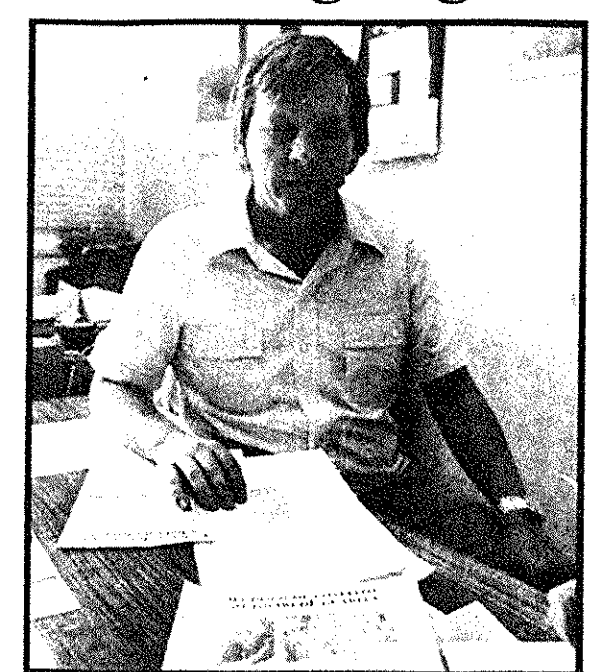
Supondo — porque ainda não tem notícias do local — que os atuais conflitos entre índios e colonos estejam ocorrendo em razão do percentual cobrado pelos índios para uso das suas terras pelos agricultores, o pastor Silvío Schneider reafirmou, também, os propósitos da Igreja naquela área — que são, fundamentalmente, os de capacitar os índios para que desenvolvam a sua própria agricultura. Para isso, a Iecib mantém, na área do Toldo Guarita, uma escola de capacitação profissional.

O que ocorre — afirmou o pastor Schneider — é que as terras são tão vastas, que os índios não conseguem cultivá-las todas. E aí ocorre a invasão.

A Iecib, segundo o seu secretário de Comunicação Social, já havia denunciado essa irregularidade em 1979, comprometida que está com os indígenas, e "reconhecendo que os direitos estabelecidos pelo Estatuto do Índio se coadunam com os objetivos do trabalho da Igreja, e ainda na qualidade de parceira em convênio com a Funai". Naquela oportu-



Pastor Malschitzky



Pastor Silvío Schneider

tunidade, afirmou ele, as terras estavam sendo arrendadas por colonos diretamente junto aos índios, situação que persiste até hoje.

— Por essa razão — afirmou ele — a Iecib vem novamente a público para reivindicar junto às autoridades competentes que regularizem o uso e a posse da terra, através de uma demarcação clara e um fiel cumprimento ao Estatuto do Índio. O Estatuto visa a proteger o índio, mas isso não está acontecendo naquela região.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, segundo o pastor Silvío Schneider, se entende como defensora do índio. Portanto, mesmo diante do não atendimento de suas várias reivindicações, vai continuar trabalhando com todos os recursos que tem à disposição, para que o índio possa viver como povo, e sempre dentro de um espaço de terra a que ele tem direito".

OS ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos legais, em Toldo Guarita, começaram há 16 anos atrás. Naquela época, a maior parcela da área indígena — uma grande extensão de terras de 23 mil hectares — era coberta de matas. Como era proibido o corte de árvores, o desmatamento foi feito através de queimadas, e o aluguel das terras pelos colonos era pago ao antigo Serviço de Proteção ao Índio. Essa situação terminou em 1973, com a criação do Estatuto do Índio, pela Lei nº 6.001. Desde aí não foram feitos mais contratos de arrendamento de terras a colonos no Toldo Guarita.

Depois de 1973, no entanto, alguns arrendatários, entre eles Nilo e Arnaldo Roewe e a família Ottonelli, permaneceram explorando as terras indígenas porque entraram com um processo na Justiça. Na instância da Justiça estadual, a causa foi perdida pelos arrendatários, mas imediatamente eles entraram com recurso na Justiça Federal. E de lá, até hoje não há uma solução.

Assim, ainda após 1973, cerca de 80 famílias de colonos ficaram morando e plantando dentro da área indígena, além de cerca de outras 100 famílias que moravam fora, mas continuavam a plantar na reserva caingangue. Entre os anos de 1976 e 1978, a Funai fez um cadastramento de todas as famílias não índias que viviam dentro da reserva, intimando-as a saírem da área num prazo de seis meses. A maioria dos pequenos agricultores foi transferida para lotes de terras em Mato Grosso. Outros deslocaram-se para as periferias das cidades próximas, onde tinham parentes.

Ordem social, em Toldo Guarita, é mantida pelo cacique Sebastião Alfaiate, de 49 anos. Seu substituído é o capitão Ivo Ribeiro, de 41 anos. A estes dois indígenas, estão subordinados cinco outros, denominados "capitães", que chefiam os cinco setores da reserva. Cada um deles tem seus tenentes, seus cabos e policiais. O cacique Sebastião escolhe seus capitães e estes seus subordinados — o que tem gerado problemas, uma vez que o índio caingangue é muito obediente às suas autoridades. No momento, o cacique Sebastião, seu filho Felipe e o substituído Ivo são os índios que têm a maior parte de terras arrendadas aos granjeiros. Uma estimativa extra-oficial, divulgada pela Iecib já ao final de 1979, revela que estavam em mãos de granjeiros mais de 1.200 hectares de terra, só daqueles três índios. Segundo a Igreja Evangélica, que mantém uma missão dentro da reserva, nos municípios de Redentora e Erval Seco, o exemplo do Sebastião Alfaiate abre as portas para outras arrendamentos com colonos por parte de outros índios. "pois o cacique tem um relacionamento muito íntimo com os brancos, de quem recebe grande influência".

No ano de 1978, o arrendatário Benjamin Otto Schwantz foi expulso, pelo cacique, da lavoura que tinha com os índios, uma vez que não havia pago o suficiente pela exploração das terras e por-

que os índios encontraram outro parceiro que ofereceu um pagamento mais alto. Ao final de 1979, ainda, Schwantz alegava que parte da lavoura de 300 hectares, situada no setor Tenente Portela, era de sua propriedade, ficando fora da reserva. Ali ele mandou gradear uma faixa de oito metros de terras, onde havia milho em fase de florescimento. E contava com o apoio de vários outros colonos, além de um advogado, João Gellert Filho, de Tenente Portela, e do apoio moral de alguns políticos municipais.

O índio Felipe, filho do cacique Sebastião Alfaiate, que é proprietário da roça mandada gradear por Benjamin Schwantz, assistiu ao fato e procurou a ajuda do chefe do posto indígena, Rodolfo Valentini, que imediatamente solicitou apoio da Brigada Militar. Acabaram todos na Delegacia de Polícia de Tenente Portela. Depois disso, o índio Felipe voltou a denunciar, várias vezes, a mudança dos locais de demarcação da reserva, com tratores de colonos invadindo as suas roças. No final de 1979, quando recomeçaram os atritos entre índios e colonos, os dois grupos estavam armados: várias espingardas Winchester e vários revólveres haviam sido vistos dentro da reserva. Nunca se esclareceu que grupos estavam armando os índios.

A essa época, também, os missionários da Igreja Evangélica fizeram outra denúncia: a de que 10 grandes granjeiros e outros 30 pequenos, que mantinham parceria com os índios caingangues em terras do Toldo Guarita, situadas no município de Tenente Portela, vinham, de tempos em tempos, mudando os marcos da divisa da reserva, dominando o seu tamanho — o que aumentava a tensão entre indígenas. Este clima de conflito — que já vem de alguns anos e que só acontece porque não é respeitado o Estatuto do Índio — estende-se até hoje, quando a situação se agrava, com a indecisão sobre a partilha na colheita de milho e soja, e com a intervenção da Polícia Federal.